DIMENSÃO AMBIENTAL DA URBANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA*

Amalia Ines Geraiges De Lemos**

1. PROBLEMA

Ao tomar conhecimento do tema a desenvolver, o primeiro passo da investigação foi ir em busca dos jornais de diferentes países da América Latina. O cotidiano que me mostraram trazia algumas expressões como: "Crescimento ameaça o México" (Folha de São Paulo, 28.5.1970) e o jornalista analisava que a "cidade dos palácios" do Barão Von Humboldt era uma das capitais com os maiores problemas de urbanização, de saúde, de crise habitacional, de contaminação atmosférica e terminava a exposição com o problema da delinquência juvenil, falamos de 1970.

Outro jornal anuncia "Luxo e miséria, os dois mundos da Venezuela" (O Estado de São Paulo, 19.12.78), "Caracas a surrealista" (Le Monde, 14.11.76), sobre a chuva dos petrodólares, como a vegetação cresce nos trópicos, quando uma chuva torrencial faz esquecer os meses da sêca"... assim cresceu a população urbana da capital da Venezuela. Até a última guerra tinha 200 mil habitantes, na data da publicação do jornal 1976, chegava a 2 milhões e 600 mil habitantes, e continua o colunista "...mais uma maré de construções recentes e a capital transformou-se numa nova cidade que se degrada tão rapidamente como se renova", mais adiante diz:"...nada simboliza melhor esta situação que a proximidade do Parque Central e o "bairro da Cherneca". O primeiro é uma espetacular operação da arquitetura contemporânea, símbolo da concentração urbana de uma Venezuela que tende a entrar na era industrial. O segundo uma favela ..."a parcela que trabalha habita o fundo do vale em que se localiza a cidade. Os mais ricos vivem no meio da área arborizada, em lotes residenciais, localizados nas regiões mais altas". O "populacho" dos "ranchitos" provisórios esparrama-se por sobre as colinas que circundam a cidade".

Num jornal de 8 de maio de 1978 (Folha de São Paulo) lê-se: "Bogotá, uma cidade assustada", é a manchete, e desenvolve o artigo dizendo que a poluição, o crime, a droga não são monopólios das cidades latino-americanas como Bogotá e México – mas que elas são significativas pela rápida concentração urbana que sofreram.

O Jornal do Brasil, um jornal do Rio de Janeiro de 24.08.86 anuncia que a "Violência Urbana" assusta a tranquila Buenos Aires, comparando-a com o Rio e São Paulo que são consideradas os modêlos desta problemática urbana.

Os jornais de janeiro, fevereiro, março e abril de 1991 têm grandes notícias sobre São Paulo: "A cidade afogada" (Shopping News, 24.03.91), "Paulistano improvisa para se proteger da chuva" (Folha de São Paulo, 22.03.91), "São Paulo está se convertendo no Rio" (Folha de São Paulo, 21.03.91), "Leptospirose mata 27 pessoas no verão das doenças de São Paulo" consequência das inundações e "São Paulo tem hoje 4 ratos por habitante" (Folha de São Paulo, 20.02.91).

O Clarin de Buenos Aires diz: "Rio da Prata, mais de 5 milhões de metros cúbicos de detritos dos esgotos são levados por dia ao rio e 1 milhão e meio de resíduos industriais por ano jogam-se no famoso rio portenho" (03.02.91).

Por último, na imprensa de Bogotá de hoje (25.06.91) lemos, "O Rimac que abastece a capital peruana, está considerado um dos rios mais contaminados do mundo". Em outro lugar do artigo informam que há 140 lugares nos quais vertem-se elementos contaminados: minas, resíduos agrários, detritos industriais, aos que devem somar-se 150 pontos nos quais se despejam resíduos de origem doméstica das favelas que margeiam o rio.

(*) Trabalho apresentado no I Encuentro de Investigación Geográfica. Asociación Colombiana de Geógrafos (ACOGE).

(**) Professora Doutora do Departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo.

Essas notícias alarmantes que constantemente cobrem as páginas dos jornais, são em geral atribuidas ao processo de urbanização acelerada que sofreu a América Latina.

Processo de urbanização que não é um simples fenômeno empírico de mudança na distribução territorial da população do campo para a cidade, esvaziando os povoados e aldeias rurais e concentrando-se nas cidades grandes e médias; isto é simplesmente a evidência em perspectiva. Este processo inclui o antes descrito e cria novas relações de produção, distribução e consumo, tanto nas atividades agrárias quanto nas industriais. Resultaram destes processos mudanças geradas num maior desenvolvimento das classes sociais em conflito , acentuação das contradições e grandes efeitos a nível da formação territorial.

O crescimento urbano e metropolitano que a América Latina sofreu ao longo de 40 a 50 anos trouxe não só um espaço segregado socialmente, mas uma intensa e profunda segregação territorial tanto geomorfologicamente quanto a nível da qualidade de vida. As grandes periferias que se formaram durante a década de 60 e 70 nas cidades, careciam das mínimas condições de existência como era a água, a luz, o transporte, e até hoje 80% das residências destas metrópoles não possuem saneamento básico. As fossas sépticas estão conectadas aos poços de água que deixaram de ser potáveis no mesmo momento que foram feitos. Vales inundáveis, colinas escorregadias, serras escarpadas, barrancos abruptos, bairros com altos conteúdos de elementos contaminantes, pois são os vizinhos das indústrias poluentes, são o habitat dessa população.

O próprio termo periferia que substituiu ao de área suburbana, tem uma conotação pejorativa que deixou de ser uma área ao redor dum centro para ser o da localização da pobreza, da miséria e da carência de todos os serviços. A partir da década de 80, a pobreza e a miséria não abandonaram a periferia mas se mudaram também ao centro convertendo as cidades num grande cortiço.

A América Latina é hoje o continente mais urbanizado e ao mesmo tempo concentra algumas das maiores metrópoles do mundo.

A modernização urbanizadora que penetra na América Latina, já desde fins do século com o Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevidéu e Havana tem como objetivo criar o "indivíduo consumidor". A partir da Segunda Guerra Mundial há uma desintegração da organização territorial existente que trouxe como produto a formação de um mercado consumidor único nacional e continental a partir do processo de urbanização acelerada.

Nos anos 50, novas relações de produção criam-se entre os países industrializados e a América Latina. Este processo não se dá por igual em todos os países fazendo sua eleição pela Argentina, Uruguai, Chile, Brasil e México que já tinham um mercado consumidor consolidado.

Em 1980 a população urbana chega a 70% e nos países do chamado "Cone Sul", ultrapassa os 80%. Neste momento fala-se que toda a América Latina superou os 80%.

A "macrocefalia" continental, tão ideológicamente manipulada, era a resposta às exigências das relações com o novo "indivíduo consumidor" que a modernidade da América Latina apresentava ao capitalismo mundial.

Com a crise econômica que se vive a partir dos anos 80 e a nova organização do capital internacional, as novas políticas territoriais fomentam o abandono do processo produtivo nas áreas metropolitanas. Hoje se buscam as cidades médias e do interior para usufruir das vantagens de localização e de outros tipos de subsídidos, como também longe dos movimentos sociais ou sindicais. Com isto descentraliza-se também a problemática urbana que se transporta junto com a lógica do sistema.

São Paulo que concentrava 30% da produção industrial do país em 1970, hoje apenas detém 15%.

A recessão econômica estabelecida produziu uma nova estrutura urbana, diariamente observamos o fechamento das atividades produtivas e o aumento da população miserável com todas suas sequelas. As atividades chamadas formais cedem lugar à cidade dos informais.

2. QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS?

A crise ambiental que se vive num nível nunca antes considerado não só atinge a América Latina, como o mundo inteiro, embora com características diferentes e diferenciadas.

A percepção cada vez mais popularizada das implicações e impactos das transformações sofridas pelo meio ambiente nos traz uma nova postura metodológica frente ao espaço e ao tempo, não já como categorias infinitas e alheias ao desenvolvimento e ao progresso que eram cantados a partir da relação urbanização-industrialização. Hoje se considera o espaço como limitado e o tempo com uma dimensão maior que a biológica e a histórica, sobretudo com um ritmo também cultural.

A questão parece simples à pergunta: quem destroi o meio ambiente? Minhas respostas como cientista social e geógrafa começam pela segunda, ou seja, qual é o significado que para nós tem a expressão meio ambiente? Se a geografia clássica sempre preocupou-se com a relação meio-homem com uma especial atenção ao meio; na geografia de hoje – chamada "Crítica" – a preocupação é com a sociedade. Preocupa-me o meio ambiente na medida que não permite na situação atual, fazer que o cidadão viva decentemente em seu "Habitat" próprio, a cidade.

Milton Santos, em seu livro "Espaço do Cidadão", diz que no Brasil – e eu o estendo para a América Latina – não há cidadão senão tem direito ao espaço, e isto não se realiza em nossas cidades.

A partir desse direito ao espaço passarei a desenvolver minha segunda interrogação. Quem destroi o meio ambiente? Devemos prestar muito cuidado na resposta, acaso o ser humano carrega em si seu "instinto predatório" ou seria o desenvolvimento econômico empurrado pela atividade industrial? Estas questões que muitas vezes, nós, professores de Geografia expressamos na aula, ou os meios de comunicação de massa via TV e outros, passam à sociedade uma nítida e clara carga ideológica que lhe pôem uma escura máscara ao verdadeiro processo de depredação do meio ambiente.

Nossa postura teórica metodológica a partir do urbano na América Latina, leva-nos a refletir em direção à análise de quem produziu e como se produziu o espaço urbano. Em nossa sociedade dividida em classes sociais os responsáveis pela degradação ambiental devem ser buscados na relação de cada um destes grupos sociais com a natureza. Vivemos uma sociedade marcada por uma profunda divisão social do trabalho a nível nacional e internacional e a alguns cabe-lhes as decisões e a outros o cumprimento das mesmas. A propriedade privada do solo determina as formas que se organizam e que tem nossas cidades. Na lógica de especulação do capitalismo é necessário destruir a natureza para convertê-la em mercadoria.

Celso Furtado afirma que "a evidência à que não se pode escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico" (1974, p. 16-17 citado por Moser, A., 1984, p. 26).

Nas cidades capitalistas, onde tudo se converte em mercadoria, o lote, a casa, a paisagem, o silêncio, a infraestrutura, etc., conforme o lugar que se tenha no processo de produção é o lugar que se tem no processo de consumo. Nessa lógica a queda da chamada "qualidade de vida" em nossas cidades seja México, Caracas, Rio de Janeiro, Santiago, São Paulo, Buenos Aires, Montevidéu e as chamadas cidades médias – que seguem o mesmo caminho –, é produto da reação consciente e inconsciente ao processo de exploração que se vive na relação de produção.

Além do mais, neste momento também não podemos ignorar que estamos passando um processo de recessão econômica com um repensar das formas de produção tanto agrárias quanto urbanas que tem deixado a América Latina, com um déficit de 54% do total da população, – dos quais 70% são urbanos – vivendo nos níveis de miséria total. Essa população para os países ricos é uma população descartável porque não produz nem consome e só "polui" as cidades. Os chamados "homens da rua em São Paulo", os miseráveis das metrópoles latino-americanas, já não são mais indivíduos, são famílias inteiras para as quais a cidade não tem mais lugar, porque não estão inseridas nas formas legais de produção.

Esta situação vivida por milhões de pessoas das áreas metropolitanas, os chamados "homless" dos nor-

teamericanos são os equivalentes – e deveriam nos impactar mais – aos milhares de peixes mortos que aparecem em nossos rios poluidos e que são tão mostrados e manipulados pelos meios de comunicação.

Analisando esta situação Félix Guattari diz: "O Planeta Terra vive um periodo de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos, que se não se remediam, no limite ameaçam a implantação da vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos, evoluem para uma progressiva deterioração. A rêde de parentesco tende a reduzir-se ao mínimo, a vida doméstica vem sendo destruida pelo consumo dos meios de comunicação, a vida conjugal e familiar encomtra-se frequentemente "ossificada" por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão..." (1990, pag. 7).

O filósofo continua sua crítica afirmando que embora se está começando a tomar conciência do problema, as preocupações com o meio ambiente são consideradas a nível dos danos industriais e querem se resolver com perspectivas tecnocráticas. Ele afirma, com o qual eu estou inteiramente de acordo ao asumi-lo na citação, que "só uma articulação ético-política – à que chama ecosofia – entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) poderá esclarecer o problema" (pag. 8).

O autor desenvolve cada uma destas três ecologias, as quais no contexto das grandes mudanças técnico-científicas incluindo a informática e o considerável crescimento demográfico, deverão ser vistas especialmente para a grande urbanização latino-americana. Consequência dessa relação, cada vez mais sobram pessoas e falta trabalho e o resultado é desemprego, marginalidade opressora, solidão, ociosidade, angústia, neurose. As tutelas econômicas que pesam sobre nosso continente e levam a um trabalho social regulado pelo lucro e pelas relações de poder autoritário, só nos trazem impasses dramáticos que conformam nosso cotidiano, numa pauperização absoluta e irreversível.

Numa realidade ético-política que coloca num mesmo nível de valores os bens materiais, os bens culturais, os bens naturais e que ... "coloca o conjunto das relações sociais e das relações internacionais sob as máquinas policiais e militares", o Estado cada vez menos é mediador e coloca-se a passos gigantescos ao serviço dominante do mercado mundial e dos complexos técnico-industriais.

O momento histórico que vivemos é mais preocupante que nunca pois desaparecem não só as espécies animais e vegetais como também desaparecem as palavras, as frases, os gestos de solidariedade humana.

Guattari mostra 4 grupos do que chama "regimes semióticos", os instrumentos nos quais se sustenta o capital pós-industrial, monopolístico, que ele denomina de "Capital Mundial Integrado", e que são os responsáveis pela degradação ambiental na urbanização da América Latina:

1. As semióticas econômicas, os instrumentos financeiros, monetários, da gestão em geral.
2. As semióticas jurídicas, os títulos de propriedade e todas as legislações que regulamentam as relações sociais que vivemos.
3. As semióticas técnico-científicas, através das investigações, projetos, programas que hoje usam uma linguagem altamente segregadora.
4. As semióticas da subjetivação, que às vêzes coincidem com os mencionados e outros "relativos à arquitetura, ao urbanismo, aos equipamentos coletivos, etc" (idem, 32).

Estas 4 semióticas têm um único objetivo para o sistema que é produtivo-econômico-subjetivo.

Por isso para conseguir chegar à dimensão ambiental da urbanização latino-americana haverá que repensar as formas de luta.

Não podemos assumir de forma romântica simplesmente a defesa preservacionista, a questão é muito mais profunda, é um repensar político, econômico, social e ideológico, pois é cada vez mais difícil poder tratar o problema sem tocar a questão da apropriação privada do espaço. A partir deste novo paradigma criar-se-ão novas formas de relação sociedade-natureza. Os desafios são enormes, já que haverá que buscar formas mais racionais e diferentes de usar os recursos naturais;

são necessários novos estilos de vida, novas formas de pensar o econômico, o cultural, o político. A sociedade terá que aprender a organizar-se para participar das decisões tecnocráticas e ter uma quantidade de informação para saber participar e não ser manipulada ideologicamente.

3. BIBLIOGRAFIA

IBARRA, V. Puente S. e SAAVEDRA, F. (compiladores). "la ciudad y el medio ambiente en América Latina". El Colegio de México, México, 1986.

MOSER, Antonio. O Problema Ecológico e suas implicações Éticas. Vozes, Petrópolis, 1984.

GUATTARI, Félix. As Três Ecologias. Papirus Editora, São Paulo, 1990. Geografia e Questão Ambiental. En: Terra Livre, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1988.

TOURAINE, Alain. Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina. Trajetória Cultural, Campinas, 1989.